

Ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência: processos de ensino e aprendizagem

Comunicação

Mayara de Brito Ferreira
UFPB
mayara.brito1@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute sobre o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência e seus processos de ensino e aprendizagem, e é referente à pesquisa em andamento do mestrado em Música- Educação Musical, do PPGM-UFPB. A pesquisa é feita através das aulas de instrumento musical da Escola Especial de Música Juarez Johnson na cidade de João Pessoa-PB. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, e fazem parte como integrantes do universo da pesquisa os professores de instrumento musical da escola, alunos participantes selecionados e suas respectivas mães, e o coordenador da escola. O trabalho tem como objetivo compreender os processos de ensino e aprendizagem voltados para o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência na Escola Especial de Música Juarez Johnson. E seus objetivos específicos se referem a: analisar os principais processos de ensino e aprendizagem do instrumento musical; verificar as metodologias utilizadas pelos professores; verificar a formação dos professores; averiguar o significado do aprendizado musical para os alunos e o significado para os pais. A revisão bibliográfica proposta para esta pesquisa é fundamentada e apoiada com textos sobre o ensino da música e a educação especial. Os procedimentos metodológicos utilizados visam usar os seguintes instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevistas semi-estruturada. O ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência precisa ser visto como uma das várias facetas da educação musical vinculado a novos parâmetros de diversidade do ensino de música.

Palavras chave: pessoas com deficiência, ensino de instrumento musical, educação musical

Introdução

Este artigo se refere ao projeto de pesquisa em andamento no mestrado em Música-Educação Musical- do PPGM-UFPB. O trabalho discute sobre o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência, contemplando os processos de ensino e aprendizagem. A pesquisa é feita através das aulas de instrumento musical que ocorrem em uma escola especializada em música para pessoas com deficiência, a Escola Especial de Música Juarez Johnson, na cidade de João Pessoa-PB.

Apesar do ensino de música e mais ainda do ensino de instrumento para pessoas com deficiência ser muitas vezes excludente, e haver pouca pesquisa e práticas relacionadas para os mesmos, em João Pessoa a Escola Especial de Música Juarez Johnson vem fazendo um trabalho diferenciado no ensino de música e de instrumento musical para estes cidadãos.

A Escola Especial de Música Juarez Johnson (EEMJJ) iniciou suas atividades em 25 de setembro de 2009 na cidade de Joao Pessoa, capital paraibana. A escola funciona nas dependências da FUNESC (Fundação Espaço Cultural) sendo uma unidade cultural desta casa de fomento a cultura. A escola está voltada exclusivamente para o público e estudantes com necessidades especiais e de diversas categorias, e possui ensino de piano, violoncelo e violino, e mais recentemente musicalização. As aulas de instrumento acontecem duas vezes por semana, e são aulas individuais, e com práticas em grupo.

Esta escola especializada em música voltada apenas para o público de jovens especiais vem atender a demanda de possibilitar o ensino de música para pessoas com diferentes necessidades educativas. A inclusão no ensino de música não se caracteriza apenas pela disponibilização do ensino de música para todos, mas abrangeria uma variedade de propostas de ensino, inclusive de interação social, mas entendendo que a inclusão social nas escolas ainda está em processo de desenvolvimento e que muitos profissionais e escolas de música não possuem formação e preparação para atender as demandas destes alunos, a escola especial de música faz um trabalho direcionado a alunos com deficiências para inseri-los em um tipo de ensino que ficava antes excluído.

Desde o momento que comecei a dar aulas de violoncelo na Escola Especial de Música Juarez Johnson, em 2013, sem nenhuma experiência anterior ligada a Educação Especial, me questionava sobre possibilidades de metodologias e processos de ensino vinculados a este contexto específico, e sobre o tipo de trabalho que pudesse trazer um ensino musical significativo para estes alunos. Esta pesquisa parte do interesse como professora de música para jovens “especiais” em aliar pesquisa à prática docente e contribuir para ações e discussões para a área de Educação Musical Especial.

Buscando vincular as novas concepções de inclusão social, de educação musical especial e do ensino de instrumento para pessoas com deficiência, esta pesquisa pretende buscar reflexões acerca da relação destes temas, e contribuir para um maior crescimento das perspectivas de ensino de música para pessoas com deficiência.

Este trabalho tem o objetivo de compreender os processos de ensino e aprendizagem voltados para o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência, na EEMJJ- Escola Especial de Música Juarez Johnson. E a partir deste enfoque buscar os seguintes objetivos específicos: a) analisar os principais processos de ensino aprendizagem do instrumento musical; b) verificar as metodologias utilizadas pelos professores; c) verificar a formação dos professores; d) averiguar o significado do aprendizado musical para os alunos e o significado para os pais.

Para isso pretenderá responder a seguinte questão: Como se dá os processos de ensino e aprendizagem voltados para o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência na Escola Especial de Música Juarez Johnson?

Os integrantes que fazem parte do universo de pesquisa se caracterizam pelos professores de instrumento musical da escola, alunos participantes e suas respectivas mães, e o coordenador da escola. Os professores de instrumento musical da EEMJJ que fazem parte da pesquisa são: um professor de piano, um professor de violoncelo, e dois professores de violino.

Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, pois visa observar e refletir sobre as características do ensino de instrumento musical da EEMJJ, a partir do contexto de aula dos quatro professores de instrumento presentes na escola. Possui abordagem metodológica de cunho qualitativo, pois os instrumentos e procedimentos

de coleta e análise de dados utilizados visam possibilitar a compreensão e a interpretação de ações e fatos relacionados ao comportamento, conceito e produtos que envolvam a ação humana.

Os Instrumentos de coleta de dados selecionados para a pesquisa estão representados pela pesquisa bibliográfica que servirá de base na consulta e análise de estudos e textos sobre educação especial, educação musical, educação especial musical, ensino de instrumento musical, pedagogia do instrumento, pedagogia, assim como outros conteúdos e abordagens que contribuam para a pesquisa com temas relacionados; a observação participante que será feita durante as aulas selecionadas, para vivenciar e compreender o processo de ensino e aprendizagem do instrumento musical com os alunos com deficiência. Serão observadas as aulas de dois alunos de cada professor de instrumento da Escola Especial de Música Juarez Johnson; entrevistas semi-estruturada que servirá para coletar depoimentos e informações acerca dos conceitos e formas de ensino e aprendizagem vivenciadas pelos integrantes do grupo. Serão realizadas com os professores de instrumento da escola, com as mães dos alunos selecionados, e alunos (quando possível comunicação mais fluente), com o coordenador da Escola Especial de Música Juarez Johnson, e serão registradas através de gravação em áudio com prévia autorização dos participantes; além desses citados acima, serão utilizados o uso de registro de fotografia e gravações em vídeo para possibilitar uma análise mais detalhada quanto a prática observada, seu contexto e seu desenvolvimento. Estes registros serão feitos através de prévia autorização dos integrantes.

A revisão de literatura proposta para esta pesquisa foi direcionada para os textos que aprofundassem sobre o ensino da música e a educação especial. Para isso foram utilizados referenciais teóricos principalmente da área de Educação Musical, Educação Musical Especial, Pedagogia do Instrumento Musical; e alguns textos de áreas distintas, mas relacionadas ao tema, para abranger e aprofundar a discussão, como a Educação Especial, Educação, Sociologia e outras.

Ensino de Música para pessoas com deficiências: desafios e possibilidades

A relação da sociedade com uma pessoa com deficiência passou por diversas fases no decorrer da história da humanidade. Nas sociedades primitivas o deficiente era encarado como um ser ligado a superstições e aspectos ligados a malignidade. Nas civilizações clássicas como Esparta, Atenas e Roma, a condenação à morte de crianças que nasciam com deficiências era naturalmente aceita. No início da Idade Média imperava ainda crenças e superstições ligadas à pessoas com deficiência, pois se acreditava que a deficiência e a demonologia tinham uma relação de casualidade. No entanto, as ordens religiosas, a partir do sentimento de caridade, começaram a receber pessoas com deficiência em asilos e hospitais para seus cuidados. Mesmo assim, os deficientes eram separados das pessoas ditas normais (FERREIRA, 2012; LOURO, 2005a). Com o Renascimento e o interesse em estudar o Homem, aliado a industrialização e ao surgimento de deficientes ilustres, como os cegos, dar-se início um novo impulso a Educação para pessoas com deficiência, criando as condições para o aparecimento da Educação Especial.

Na última metade do século XX assiste-se ao aparecimento do conceito de normalização e integração, que origina mudanças nos sistemas de atendimento aos deficientes. Depois de séculos de segregação dessas pessoas, em asilos e instituições, houve no começo da década de 1960, o início de um movimento pela desinstitucionalização, em respostas as pressões de diferentes grupos da sociedade. “A comunidade científica e algumas categorias de profissionais passaram a criticar o sistema vigente, no qual as pessoas com necessidades especiais eram mantidas em situação de total exclusão, tendo seus direitos desrespeitados” (SOARES, 2006, p.6).

Estas perspectivas implicaram mudanças em áreas pedagógicas e de inclusão social, onde o atendimento educativo a dar às crianças deveria se ajustar as suas características e particularidades. Soares (2006) comenta que no decorrer das décadas de 1960 e 1970, o poder público começou a ter obrigações mais efetivas com relação ao atendimento das pessoas com necessidades especiais, lançando bases para os processos de integração em diversos níveis - como na escola, saúde e moradia - devendo minimizar as situações de segregação, buscando a inserção das pessoas em todos os serviços oferecidos.

Na década de 1990 o movimento de inclusão começou a tomar força e vários documentos nacionais e internacionais foram organizados e divulgados com o intuito

de discutir e valorizar a diversidade, sugerindo mudanças nos comportamentos, nas instalações, nos mobiliários, nos currículos, e permitindo o acesso de todos à escola.

A inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO. Nessa última, 92 governos e 25 organizações internacionais aprovaram Declaração tendo como princípio fundamental o 'dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras' (MAZZOTTA, 2011, apud Brasil, 1997, p. 17).

Apesar dos avanços referentes aos direitos educacionais, as mudanças internas não ocorrem apenas por imposições legais, mas se faz necessário verificar e analisar os elementos ideológicos e comportamentais da sociedade que almeja a inclusão social dos sujeitos que a compõe, para assim propor mudanças significativas. As leis por si só não garantem a inclusão, é preciso mudanças de atitudes, de conceitos, além de investimento financeiro para tal.

Para que a inclusão possa ocorrer de forma efetiva, precisamos de muito estudo, programas governamentais de incentivo que funcionem de fato, investimento em materiais pedagógicos diferenciados, capacitações para os professores e adaptações arquitetônicas. Não basta quereremos incluir, temos que saber fazer isso e esta é a parte mais complexa, pois ainda não sabemos como exatamente. Estamos aprendendo na medida em que as leis obrigam a inclusão escolar (LOURO, 2016, p. 45).

Quanto à terminologia adotada para descrever estes indivíduos, autores divergem quanto a nomenclatura utilizada atualmente. Alguns falam de pessoas com necessidades especiais, necessidades educativas especiais, pessoas com deficiência e outros.

Louro comenta que "pessoa com deficiência" é um termo que pode ser usado atualmente:

Inclusive a terminologia adotada atualmente para se referir a essas pessoas é: PESSOA COM DEFICIÊNCIA, justamente por considerar que a pessoa TEM uma deficiência e não É um deficiente ou PORTA uma deficiência, pois, em princípio, só portamos algo que podemos deixar de portar, porque portar é sinônimo de carregar. Uma pessoa

com deficiência não carrega a deficiência, ela TEM uma deficiência (LOURO, 2005a, p.2).

A discussão sobre as terminologias não se encerra por aqui, está em constante mudança e sempre sendo revisada a partir de diferentes visões. A definição principal no trabalho ficará relacionada a pessoa “com deficiência”, apesar de em alguns momentos ser oportuno o uso da definição “pessoas especiais” ou “pessoas com necessidades especiais”, pois faz referência a área de Educação Especial e as escolas especiais.

A diferença e a igualdade devem andar juntas, é preciso aproximar para que a relação de sujeito seja trabalhada nas relações interpessoais e assim contribuir para a inclusão social.

Atualmente, a pessoa com deficiência é vista com muito mais dignidade do que em tempos remotos, bem como, inclusão é um tema muito presente em nossa sociedade. Mesmo assim, há ainda muito preconceito contra as pessoas com necessidades especiais, o que faz com que elas, não participem da sociedade com as mesmas chances que um “não deficiente” (LOURO, 2005a, p.1).

Em relação a educação musical à pessoas com deficiência, os preconceitos frente a estes indivíduos não são menores.

O estigma do fazer musical ligado ao aprendizado do instrumento está ainda presente no contexto musical, e relacionar esta ideia com o aprendizado e inclusão de pessoas com deficiência se relaciona com o pensamento de incapacidade quanto a este tipo de ensino.

Por outro lado, cada vez mais vemos pessoas defendendo a ideia de que a música é importante para o desenvolvimento do ser humano, independente da relação que é mantida com ela. A música seria capaz de perpetuar no indivíduo questões como concentração, autodisciplina, capacidade analítica, desembaraço, autoconfiança, criatividade, senso crítico, memória, sensibilidade e valores qualitativos. Ajudando assim a trabalhar aspectos gerais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

A música pode representar para as crianças com necessidades especiais, um mundo com o qual elas podem se comunicar, se associar e se conhecer, além de oferecer oportunidades para a criança com deficiência ampliar os limites físicos ou

mentais que possui. As atividades musicais podem contribuir e ajudar para despertar a consciência perceptiva, auditiva e do controle motor. Além disso, as atividades musicais podem favorecer a integração social e emocional da criança, em suas relações com o meio em que vive e sobre si mesma (JOLY, 2003).

Louro (2005a) comenta então que a música não deve ser um privilégio de poucos, mas seria somente questão de respeitar as possibilidades de cada um e adaptar tal fazer para aqueles que possuem dificuldades acentuadas.

Portanto, cabe a nós educadores entre outros profissionais envolvidos com as pessoas com deficiências quebrar os pré-conceitos que existem em relação a esse assunto. E isso só pode ser alcançado com o fornecimento de informações suficientes que façam com que os tabus sejam dissolvidos e os estereótipos derrubados (LOURO, 2005a, p. 6).

O conhecimento que o professor tem acerca do estudante resultaria em uma maior adequação de suas propostas de ensino, como também ele se sentiria mais seguro para promover o desenvolvimento dos alunos. Assim, um dos pontos importantes para o professor que trabalha com educação especial seria a de conhecer muito bem as limitações e dificuldades de cada um dos alunos e suas possibilidades de desenvolvimento.

Esse conhecimento pode ser consequência de um processo constante de leituras específicas sobre as características dos alunos, entrevistas e conversas com pais, professores, coordenadores, diretores e outros profissionais que compõem as equipes de trabalho das escolas que as crianças frequentam. No entanto, o que me parece mais importante é o conhecimento gerado por meio de uma observação profunda dos alunos e de uma interação de afeto e respeito, considerando sempre as possibilidades de cada um (JOLY, 2003, p.1).

Com isso ressalta-se a importância de formação adequada dos professores de música quanto à educação especial, para que possuam conhecimentos específicos quanto a inclusão social e pessoas com deficiência, e informações suficientes e necessárias para se trabalhar em contextos diversos. Estes cursos de formação de professores devem preparar professores capazes de lidar com a diversidade e obter uma atitude de reflexão e crítica quanto ao seu próprio ensino.

As conexões com o mundo plural, multirracial, étnico, eclético precisam vir abertamente, é preciso aprender a ser resiliente, a dizer “não sei,

mas sei onde buscar”, uma atitude de descobrimento que cria alternativas que englobam não só o conhecimento em si, mas sentimentos, sociedade, inclusão e imaginário (TOURINHO, 2006, p.8).

Dentro da perspectiva da educação, e principalmente da educação especial, cada indivíduo é um universo particular e único, que deveria ser estudado e respeitado pelo professor, buscando assim entender as dificuldades e possibilidades de cada um para depois propor metas e propostas que se adequem a cada universo desse.

Paulo Freire (1979) fala sobre o papel do professor e da educação, dizendo que somos seres inacabados, e o saber se faz através de uma superação constante. Além disso, fala que a educação está vinculada a um processo de transformação.

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita [...] Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p. 29-30).

O professor de música possuindo um programa de ensino variado e flexível, que permita adaptações e modificações nos procedimentos planejados, é capaz de adequar o ensino de música a critérios estipulados em função das características de seus alunos, e adaptar os procedimentos ideais para o desenvolvimento da aula, fazendo com que cada situação de ensino seja um caminho possível de ser transposto e um caminho do desenvolvimento e da integração do indivíduo com necessidades especiais.

O aprendizado do instrumento musical no contexto musical ainda possui grande relevância, e em um primeiro momento muitas pessoas buscam o aprendizado da música para aprender a tocar um instrumento. Muitas das pessoas acabam indo buscar esse aprendizado em uma escola de música ou conservatório. Contudo, este aprendizado instrumental em conservatórios e escolas de música é caracterizada, na grande maioria, pela exigência técnica para a execução de repertório de concerto e pela formação a longo prazo. No Brasil a tradição do ensino de instrumento ainda é vinculada ao estilo de ensino ocidental-europeu onde se enfatiza o virtuosismo.

Da mesma forma que no restante do Mundo Ocidental, no Brasil a tradição no ensino de instrumento tem enfatizado o virtuosismo, em especial a partir do final do Século XIX, período em que as frequentes apresentações de intérpretes nacionais e internacionais incentivaram grande número de jovens brasileiros ao estudo do piano, entre outros instrumentos musicais. Através dos professores particulares, bem como dos programas adotados nos Conservatórios de Música, a tradição na formação de virtuosos manteve-se viva no país ao longo do tempo (HARDER, 2003, p.35).

Este tipo de ensino causa um descompasso entre a realidade e os perfis dos alunos já que dentro deste sistema se prioriza o preparo de *performers* mediante repertório constituído quase que exclusivamente de música erudito ocidental, de elevado nível técnico, sem levar em conta gostos e necessidades individuais.

Nos moldes de ensino de instrumento vinculados as escolas tradicionais de música e os conservatórios, com enfoque no músico virtuose e tecnicista, ficaria cada vez mais difícil encaixar o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiências. Tais exigências das escolas de música dificultam a entrada e permanência de quem não “acompanharia” este ensino, tornando o ensino de instrumento inacessível e inalcançável para muitos. Para isso seriam necessárias reformulações nos currículos e cursos direcionados a execução instrumental para estas pessoas com deficiência, entendendo que seus objetivos no aprendizado instrumental e musical são bem mais complexos que formar o instrumentista virtuose.

Contudo, adaptar o fazer musical para pessoas com deficiência seria algo possível em diversos níveis, incluindo o ensino de instrumento. Com isso, Louro (2005c) descreve que é preciso buscar adaptações pedagógicas e de acessibilidades para os estudantes que possuem necessidades especiais e assim poder disponibilizar um maior acesso do aprendizado musical para estas pessoas. Exemplos destas adaptações seriam a Tecnologia Assistiva e as Adaptações Pedagógicas (LOURO, 2005c, p. 4). Estas adaptações são discutidas no texto tanto para o ensino de música de uma forma mais abrangente como para o ensino de instrumento, por isso vale a pena citar alguns desses pontos nesta discussão de ensino de instrumento para pessoas com deficiência.

A Tecnologia Assistiva (T.A.) seria elementos, peças, equipamentos, sistemas e outros, utilizados para melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiências, principalmente deficiências físicas. Na Educação Musical a T.A. auxilia as

peças com deficiências a executar funções musicais e vivenciar práticas musicais que de outro modo seriam improváveis. Alguns exemplos de adaptações que podem ser proporcionadas pela T.A são: a) Órteses; b) Adaptação do instrumento musical; c) Mobiliário; d) Softwares ou adaptações no computador; e) Pranchas de Comunicação; f) Adaptações arquitetônicas (LOURO, 2005c, p. 4-6).

As Adaptações Pedagógicas para o ensino de música para pessoas com deficiência estariam relacionadas às propostas de ensino para os alunos abarcando a diversidade física, intelectual, cultural e psicológica que estes alunos possuem. Estas adaptações estariam comprometidas com os objetivos a que se propõe o sistema educacional, mas também em conjunto com as necessidades e características do aluno. A autora cita alguns exemplos: a) Adaptações de Acesso ao Currículo; b) Adaptações de Objetivos e de Conteúdos; c) Adaptação do Método de Ensino e do Material; d) Movimentos compensatórios; e) Alterações musicais; f) Arranjos musicais; g) Alteração técnico-musical. (LOURO, 2005c, p. 7- 8).

Conclusão

Quando se pensa em ensino de instrumento e educação inclusiva ainda existem muitas barreiras que impossibilitam a contemplação desse ensino para pessoas com deficiência, e geralmente as discussões que se remetem ao ensino de música não abrangem tanto o ensino de instrumento musical. Se no ensino de instrumento musical tradicional estigmas e dogmas quanto a talento, a busca pelo virtuosismo, o eurocentrismo, estão impregnados nestas práticas, como usar este tipo de conhecimento musical para a inclusão das pessoas com deficiência? Não é fácil. Cada vez mais a diversidade e a inclusão vêm sendo discutida no Brasil e no mundo, e leis de acessibilidade, inclusão escolar, e direitos destes cidadãos são desenvolvidas. Como o ensino da música, e especificamente como o ensino de instrumento musical pode ficar de fora destas discussões de inclusão? Os professores de música precisam estar cientes dos desafios que o ensino contemporâneo nos traz, e a inclusão não fica de fora nestes novos parâmetros. Como é possível ensinar música e um instrumento musical para um jovem que possui características e necessidades especiais?

As instituições e sistemas de ensino criam currículos e objetivos voltados à formação de um grupo com um todo, muitas vezes pensado para um único perfil de

estudante, tornando assim um sistema excludente onde se privilegia uma minoria, onde a busca por resultados é mais almejada que o aprendizado e desenvolvimento do aluno. Neste sentido, os educadores e a sociedade precisam buscar desenvolver suas “deficiências” através de uma procura pelo maior conhecimento da música e da inclusão, e educar sem preconceitos abraçando a diversidade.

Referências

FERREIRA, I. M. C. *A importância da Música no desenvolvimento global das crianças com necessidades educativas especiais: perspectiva dos professores do 1º Ciclo e de Educação Especial*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, 87p. Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, set. 2012.

FREIRE, Paulo. *A educação e o processo de mudança social*. Educação e mudança. RJ. Terra e Paz, 1979.

HARDER, Rejane. Repensando o papel do Professor de Instrumento nas Escolas de Música Brasileiras: novas competências requeridas. *HODIE*. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, N°1/2, p.35-43, 2003.

JOLY, Ilza Zenker Leme. Música e Educação Especial: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos. *Revista do centro de educação*, UFSM, v. 8, n.º2, p. 1-5, 2003.

LOURO, Viviane (Org.). *Música e inclusão: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora Som, 2016.

_____. Desconstruir...repensar...incluir. In: LOURO, Viviane (Org.). *Música e inclusão: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora Som, 2016, p. 33-47.

_____. Educação musical inclusiva: desafios e reflexões. In: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta (Orgs.). *Música e Educação: Série diálogos com o som*. Ensaios. vol. 2. Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 33-49.

_____. *Educação musical e deficiência: quebrando os preconceitos*. 2005a. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/>. Acesso em: 24 nov. 2009.

_____. *Educação musical e musicoterapia frente a pessoa com deficiência*. 2005b. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. *Educação musical e o aluno com deficiência: discutindo a prática e propondo adaptações pedagógicas*. 2005c. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde Soc*. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

SOARES, Lisbeth. *Formação e prática docente musical no processo de educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais*. Dissertação de mestrado em Educação Especial, 128p. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

TOURINHO, Cristina. Espaços e ações profissionais para possíveis educações musicais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 15,7-10, set. 2006.